

CONTRATO OCS Nº 123/2020

CONTRATO SAP Nº 4400004265

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM A BNDES
PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR E ELLEN
GRACIE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, NA
FORMA ABAIXO:**

A **BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR**, subsidiária integral do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — **BNDES**, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.383.281/0001-09, doravante denominada simplesmente **BNDESPAR**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **ELLEN GRACIE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S**, com sede no Rio de Janeiro - RJ, na Av. Rui Barbosa, nº 566, apto. 301 - Flamengo, CEP 22250-020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.349.507/0001-22, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 021/2020, com fundamento no artigo 30, II, “b” c/c §1º, da Lei nº 13.303/2016, autorizado em 14/05/2020 (DEC DIR nº 33/2020 – BNDESPAR), por intermédio da IP AJ2/JUGESPAR nº 02/2020, de 07/05/2020, publicado no DOU em 18/05/2020, seção 3, página 37, conforme previsão orçamentária sob a rubrica nº 3.20.220.0023 (Serviço Técnico Jurídico), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Sistema BNDES, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços consistentes na elaboração e apresentação de parecer jurídico sobre possível transação extrajudicial em procedimento arbitral, em curso na Câmara de Arbitragem do Mercado, envolvendo a BNDES Participações S.A. – **BNDESPAR**, conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração de 3 (três) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes da Proposta apresentada pela **CONTRATADA** e do Projeto Básico, respectivamente, Anexos II e I deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

A **BNDESPAR** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor, mencionado na Cláusula de Obrigações da **BNDESPAR** deste Contrato, observado o disposto no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

A **BNDESPAR** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor global de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério da **BNDESPAR**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso a **BNDESPAR** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua Proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

A **BNDESPAR** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato em parcela única, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, observado o disposto no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente legal à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br, ou, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h.

Parágrafo Segundo

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP do Contrato;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador do serviço: BNDES Participações S.A. – **BNDESPAR**;
- IX. CNPJ do tomador do serviço: 00.383.281/0001-09;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- XI. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento.

Parágrafo Terceiro

Ao documento fiscal ou equivalente legal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quarto

Caso sejam verificadas divergências, a **BNDESPAR** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela **BNDESPAR**.

Parágrafo Quinto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a **BNDESPAR** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo

Caso a **BNDESPAR** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo a **CONTRATADA** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

A **BNDESPAR** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à **CONTRATADA** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. a revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da **BNDESPAR** ou mediante requerimento da **CONTRATADA** com a comprovação da ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão; e
- III. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. a **BNDESPAR** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da **BNDESPAR**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao seu eventual direito.

CLÁUSULA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS

A **BNDESPAR** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela **BNDESPAR**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **BNDESPAR**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados à **BNDESPAR** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo a **BNDESPAR**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando à **BNDESPAR**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **CONTRATADA**, quando optante:

- a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela **BNDESPAR** para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a **BNDESPAR**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento; e
- X. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da **BNDESPAR**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DA BNDESPAR

A **CONTRATADA** e a **BNDESPAR** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, a **CONTRATADA** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o

- companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

A **BNDESPAR** recomenda, à **CONTRATADA**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à **BNDESPAR**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

A **CONTRATADA** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas da **BNDESPAR** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe à **CONTRATADA** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e

adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas da **BNDESPAR**, salvo quando previamente autorizada por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no Inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) informar imediatamente à **BNDESPAR** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações da **BNDESPAR** para remediar a violação;
- IV. entregar à **BNDESPAR**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA BNDESPAR

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **BNDESPAR**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, Daniel Ken Oliveira Watanabe, que atualmente exerce a função de Chefe do Departamento Jurídico de Gestão de Participações (AJ2/JUGESPAR), a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

- III. designar, como substituta do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, Anna Clements Mannarino, que atualmente exerce a função de Gerente Jurídica na AJ2/JUGESPAR/GJUGESPAR4;
- IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o sua substituta, por outro profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;
- V. fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- VI. colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto deste Contrato; e
- VII. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É vedada a sucessão contratual, salvo nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia da **BNDESPAR**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos no Projeto Básico.

Parágrafo Segundo

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pela **BNDESPAR** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual, apurada de acordo com a gravidade da infração; e
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Sistema **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema BNDES.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pela **BNDESPAR**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados à **BNDESPAR** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no Inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **BNDESPAR**, em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes

necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser formalizados por meio epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;
- II. na ausência de liberação, por parte da **BNDESPAR**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;
- III. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da **BNDESPAR**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- IV. quando for decretada a falência da **CONTRATADA**;
- V. caso a **CONTRATADA** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- VI. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VII. caso a **CONTRATADA** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- VIII. em função da suspensão do direito de a **CONTRATADA** licitar ou contratar com o Sistema **BNDES**;
- IX. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;
- X. em razão da dissolução da **CONTRATADA**; e
- XI. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser

precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram este Contrato os Anexos abaixo relacionados, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato e na legislação em vigor:

Anexo I – Projeto Básico

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Riscos

Parágrafo Segundo

Caso haja contradição entre os termos da Proposta da **CONTRATADA** (Anexo II) e os demais Anexos, prevalecerá o estabelecido nestes.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação, nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em razão da declaração de estado de calamidade pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6/2020, este Contrato será assinado pelas Partes de forma eletrônica.

As Partes consideram, para todos os efeitos, “a data mencionada abaixo” como a data de formalização jurídica deste Contrato.

As folhas deste Contrato foram conferidas por Moreno Castilho Pereira, advogado do Sistema **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2020.

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR

ELLEN GRACIE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de escritório de advocacia cujo(a) sócio(a) responsável pela prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico possua notório conhecimento jurídico e ampla experiência profissional, e seja especializado(a) em direito privado e processual civil, incluindo solução de conflitos e/ou arbitragem, e em direito constitucional e administrativo, para a elaboração e apresentação de parecer jurídico sobre procedimento arbitral, em curso na Câmara de Arbitragem do Mercado, envolvendo a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, (“Parecer Jurídico”), com base nos quesitos a serem apresentados pela **BNDESPAR** à futura **CONTRATADA**.

2. QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

2.1. O(A) sócio(a) da **CONTRATADA** responsável pela emissão do Parecer Jurídico deverá possuir notória especialização nos ramos de direito privado e processual civil, incluindo solução de conflitos e/ou arbitragem, e em direito constitucional e administrativo, a ser comprovada mediante a apresentação de currículo, títulos, certificados, diplomas, publicações, trabalhos anteriormente realizados e/ou atestados de desempenho/qualificação técnica que comprovem tais condições.

2.2. Para a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico, o(a) sócio(a) da **CONTRATADA** responsável pela emissão do Parecer Jurídico deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) domínio da legislação aplicável aos procedimentos arbitrais;
- b) domínio da legislação aplicável ao direito privado e processual, em especial na seara do direito societário, bem como da jurisprudência aplicável nos mencionados ramos do Direito;
- c) conhecimento quanto a eventual posicionamento, se for o caso, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Ministério Público Federal (MPF) e dos Tribunais Superiores acerca da matéria.

3. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O Contrato a ser celebrado terá duração de 3 (três) meses, a contar da data de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação de sua vigência.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução do serviço respeitará as especificações e condições previstas nesse Projeto Básico e as etapas, prazos e locais estabelecidos a seguir.

4.1. Prazo de entrega

O Parecer Jurídico objeto do presente Projeto Básico deverá ser entregue pela futura **CONTRATADA** à **BNDESPAR** em até 1 (um) mês, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço pela **BNDESPAR**, permitida a prorrogação desse prazo por até 5 (cinco) dias úteis, a critério da **BNDESPAR**, mediante solicitação prévia e justificada da **CONTRATADA**.

4.2. Local de execução

A prestação dos serviços será realizada nas dependências da futura **CONTRATADA**, podendo ser solicitado, pela **BNDESPAR** ou pela **CONTRATADA**, reuniões de esclarecimento sobre a execução dos serviços, que poderão ser realizadas por teleconferência ou por videoconferência ou, a critério da **BNDESPAR**, nas dependências do BNDES no Rio de Janeiro/RJ, em datas a serem previamente acordadas entre as partes.

4.3. Condições de execução

- 4.3.1. Para a execução dos serviços, a futura **CONTRADADA** deverá responder, no mínimo, aos quesitos anexos ao presente Projeto Básico.
- 4.3.2. As informações consideradas necessárias para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico serão entregues à **CONTRATADA** no ato da assinatura do Contrato, sem prejuízo de envio posterior de dados ou documentos adicionais.
- 4.3.3. O Parecer Jurídico a ser entregue à **BNDESPAR** deverá ser firmado unicamente pelo(a) sócio(a) da **CONTRATADA** que atenda aos requisitos estabelecidos no item 2 do presente Projeto Básico, goze do maior grau hierárquico dentro da estrutura organizacional da sociedade de advogados e seja proprietário do maior número de cotas, cujo nome constará do contrato a ser celebrado, de forma vinculante, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a sua substituição ou a delegação ou transferência desses serviços a terceiros, ainda que internos à **CONTRATADA**.
- 4.3.4. As respostas a cada quesito deverão ser as mais completas possíveis, sendo apresentadas de forma fundamentada, consistente, clara e objetiva, à luz da legislação em vigor e da jurisprudência dominante ou pacificada.
- 4.3.5. O Parecer deverá estar organizado de forma lógica, com numeração de páginas e de itens/subitens e capítulos, se for o caso.
- 4.3.6. A **BNDESPAR** apreciará a minuta do Parecer Jurídico, de modo a verificar se todas as questões suscitadas por meio dos quesitos

foram abordadas e, ainda, a eventual necessidade de esclarecimentos adicionais sobre os temas tratados. Todavia, não caberá à **BNDESPAR** interferir nos posicionamentos adotados pela **CONTRATADA** em seu Parecer Jurídico, ficando assegurados os direitos à livre manifestação e ao livre exercício da profissão.

4.3.7. Após as eventuais considerações da **BNDESPAR**, a **CONTRATADA** deverá emitir versão final do Parecer Jurídico em arquivo eletrônico (em formato magnético *Portable Document Format* – PDF), contendo assinatura eletrônica por certificado digital credenciado na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil. Posteriormente, quando solicitado pela **BNDESPAR**, o Parecer Jurídico, na forma impressa e assinada, deverá ser entregue no escritório do BNDES, na Av. República do Chile, nº 100 – 16º Andar – Rio de Janeiro – CEP 20.031-917, aos cuidados do Gestor do Contrato.

4.3.8. Sem prejuízo do disposto no item 4.3.6 acima, a **BNDESPAR** terá direito, sem custos adicionais, a buscar esclarecimentos adicionais sobre os termos do Parecer Jurídico, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

A **BNDESPAR** efetuará o recebimento do Parecer Jurídico por meio do Gestor do Contrato, quando da respectiva execução, mediante Recibo, após verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Projeto Básico.

5.1. Ao receber a versão final do Parecer Jurídico, o Gestor do Contrato, que prontamente emitirá o Termo de Recebimento Provisório, verificará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a conformidade do Parecer Jurídico com as especificações definidas no Contrato e neste Projeto Básico. Caso o Parecer Jurídico esteja de acordo com tais especificações, deverá o Gestor emitir o Termo de Recebimento Definitivo do objeto, sem prejuízo do disposto no item 4.3.8.

5.2. Constatada a existência de incongruências ou a necessidade de ajustes/complementações no Parecer Jurídico apresentado, o Gestor do Contrato deverá notificar a **CONTRATADA** para realizar as modificações/adaptações complementares apontadas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do disposto no item 4.3.8.

5.3. Realizadas as modificações/adaptações, o Gestor terá o prazo de mais 5 (cinco) dias úteis para emitir o Termo de Recebimento Definitivo.

5.4. Não realizadas as modificações/adaptações, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pela **BNDESPAR**, sem

prejuízo da instauração de procedimento administrativo para a aplicação de penalidade.

5.5. O recebimento do objeto:

- a) constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- b) não exclui a responsabilidade da futura **CONTRATADA** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado; e
- c) não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

6. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Pelos serviços prestados, a **BNDESPAR** pagará à **CONTRATADA** o valor ajustado, que abrangerá todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do Contrato.

6.2. O pagamento será efetuado, em parcela única, após o recebimento definitivo do Parecer Jurídico, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação do documento fiscal (nota fiscal, fatura ou equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste, pelo Gestor do Contrato a ser celebrado, das obrigações contratuais assumidas pela futura **CONTRATADA**.

6.3. A futura **CONTRATADA** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua Proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

7. REAJUSTE DE PREÇOS

Considerando o prazo de vigência do Contrato a ser celebrado, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo a futura **CONTRATADA** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

8. GARANTIA CONTRATUAL

Fica a **CONTRATADA** dispensada de prestar garantia contratual.

9. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO

9.1. Antes da celebração do Contrato, a futura **CONTRATADA** deverá demonstrar sua regularidade por meio da seguinte documentação:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) atos constitutivos, devidamente aprovados e arquivados, na forma da Lei nº 8.906/1994, no Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em cuja base territorial tiver sede, além de prova, nos termos da legislação pertinente, de autorização para atuar no estado do Rio de Janeiro;
- c) certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, e às contribuições previdenciárias e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) certificado de regularidade do FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal ou declaração de que não ocupa posição de empregador;
- e) consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria Geral da União;
- f) certidão negativa de registros no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- g) consulta ao Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP), mantido pela CGU, para verificação da ausência de impedimentos à contratação;
- h) consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Federal (CADIN), disponível no âmbito do SISBACEN;
- i) declaração referente à inexistência de impedimento à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 7.203/2010;
- j) declaração de que não se encontra em situação de conflito de interesses que a previna de opinar sobre as indagações formuladas pela **BNDESPAR**; e
- k) declaração de informações para Fornecimento – DIF, nos termos da Ordem de Serviço PRESI nº 07/2017 – BNDES, ou de norma equivalente que venha a sucedê-la.

9.2. Antes da celebração do contrato, a futura **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação referente à qualificação técnica do(a) sócio(a) que subscreverá o Parecer Jurídico, conforme descrito no item 4.3.3:

- a) comprovação do registro ou inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na forma da Lei nº 8.906/1994; e
- b) *curriculum vitae*, com razoável extensão e profundidade, contendo: nome completo, nacionalidade, identidade, endereço, histórico profissional no qual se indique a formação, os artigos publicados, as palestras realizadas, os cursos ministrados e quaisquer outros documentos de que disponha, destinados a comprovar a sua notória especialização e experiência e a aptidão da futura **CONTRATADA** para o desempenho da atividade do interesse da **BNDESPAR**.

10. MATRIZ DE RISCOS

10.1. A futura relação contratual terá como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo. Por conta disso identificam-se os riscos decorrentes da futura relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, ficam estabelecidos os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo deste Projeto Básico.

10.2. É vedada a celebração de aditivos ao contrato a ser celebrado, decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da futura **CONTRATADA**.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações previstas na Lei nº 13.303/2016, a futura **CONTRATADA** terá as seguintes obrigações:

- a) comunicar a imposição, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **Sistema BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a inexigibilidade de licitação;
- b) pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do Contrato a ser celebrado, podendo a **BNDESPAR**, a qualquer momento, exigir da futura **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- c) impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do **Sistema BNDES** na execução do objeto;
- d) providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente, empregado do **Sistema BNDES** ou autoridade do ente público a que o **Sistema BNDES** estiver subordinado, nos termos do artigo 38, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, e do Decreto nº 7.203/2010, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- e) observar o Código de Ética do **Sistema BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos e a Política Corporativa Anticorrupção do **Sistema BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes;
- f) adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- g) manter o mais completo e absoluto sigilo sobre dados, materiais, documentos e informações a que vier a ter acesso, direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como assegurar que, se for o caso, os profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto do Contrato obedecerão às regras de sigilo impostas pela **BNDESPAR**;

- h) entregar à **BNDESPAR** toda a documentação gerada como resultado da execução do Parecer Jurídico, podendo a **BNDESPAR** dela dispor conforme sua conveniência e necessidade, não sendo permitido o seu uso pela **CONTRATADA** ou a disponibilização a terceiros sem expressa autorização da **BNDESPAR**;
- i) recolher, ao término do Contrato, para imediata devolução à **BNDESPAR**, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratada pela **BNDESPAR**.

12. OBRIGAÇÕES DA BNDESPAR

Constituem obrigações da **BNDESPAR**:

- a) realizar os pagamentos devidos à futura **CONTRATADA**, tempestivamente, após ateste do Gestor do Contrato quanto ao integral cumprimento das obrigações contratuais;
- b) fornecer à futura **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato a ser celebrado, cópia do Código de Ética do **Sistema BNDES**, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do **Sistema BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- c) colocar à disposição da futura **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do serviço objeto do Contrato; e
- d) comunicar à futura **CONTRATADA**, por escrito:
 - (i) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - (ii) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da futura **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - (iii) a aplicação de eventual penalidade.

13. CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO E SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É vedada a cessão do Contrato a ser celebrado, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da futura **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do Contrato.

13.2. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Projeto Básico.

14. PENALIDADES

14.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pela **BNDESPAR** ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, a futura **CONTRATADA**, sem

prejuízo de eventual apuração de perdas e danos incorridos e de eventual rescisão contratual, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, apurada de acordo com a gravidade da infração; e
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Sistema BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

14.2. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- a) as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- b) é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas neste Projeto Básico.

15.2. Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

16. EXTINÇÃO DO CONTRATO

O Contrato a ser celebrado poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- a) em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando esse prazo não for previamente fixado neste Projeto Básico;
- b) em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da **BNDESPAR**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- c) caso a futura **CONTRATADA** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- d) na hipótese de descumprimento do previsto no item “Cessão de Contrato ou de

Crédito e Subcontratação”;

- e) caso a futura **CONTRATADA** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- f) em função da suspensão do direito de a futura **CONTRATADA** licitar ou contratar com o **Sistema BNDES**;
- g) em razão do falecimento do(a) sócio(a) da **CONTRATADA** mencionado(a) no item 4.3.3 ou na ocorrência de qualquer impedimento para o regular exercício de sua profissão;
- h) quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato; e
- i) em decorrência de qualquer outro atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da futura **CONTRATADA** na execução do objeto, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado.

16.1. Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário da futura relação contratual a mora superior a 90 (noventa) dias.

16.2. Os casos de extinção contratual convencionadas nas alíneas acima deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte da relação contratual e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

17. FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes do Contrato a ser celebrado, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO II – PROPOSTA

ELLEN GRACIE NORTHFLEET
ADVOGADA

Rio de Janeiro, 17 de março de 2020

Ao Dr. Marcelo Rangel
Superintendente Jurídico BNDES
Avenida República do Chile, nº 100 – 16º andar – Centro/RJ
CEP: 20031-917

Prezado Dr. Marcelo Rangel,

Cumprimentando-o, agradeço a lembrança de meu nome para elaboração de parecer jurídico por solicitação do BNDES.

Tendo revisado o objeto do parecer, concluo pela possibilidade de aceitação desta tarefa. Para o efeito, encaminho-lhe o valor de honorários de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), incluídos todos os tributos.

O valor proposto corresponde àqueles usualmente praticados por mim em trabalhos semelhantes.

Colocando-me à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, manifesto-lhe as expressões de meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


Ellen Gracie Northfleet

ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco Atinente Ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do serviço	Planejamento empresarial	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela BNDESPAR, que comprovadamente repercute no preço contratado. A atual situação de calamidade pública decorrente das restrições relacionadas à pandemia do COVID-19 não será considerada, para fins do Contrato, como caso fortuito ou força maior.	Aumento do custo do serviço	Revisão de preço	BNDESPAR
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado	Planejamento tributário	Contratado
	Elevação de gastos com viagens superior ao estimado pelo Contratado.	Diminuição do lucro do contratado	Melhor planejamento contratual	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos e mão-de-obra.	Aumento do custo do serviço	Planejamento empresarial	Contratado
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização da BNDESPAR por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a BNDESPAR, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela BNDESPAR	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (não tributário).	Responsabilização da BNDESPAR por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da BNDESPAR	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário)	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela BNDESPAR	Contratado